

A CATEGORIA SINDICAL DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

JULIANA APARECIDA DOS SANTOS SILVIA*

REGINA GONÇALVES DOS SANTOS**

ILDA CHICALÉ ATAURI***

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral, constatar e analisar a importância da criação de um sindicato para os profissionais de Serviço Social, abordando as contribuições sindicais, para melhorias salariais, piso fixo, horas extra entre outros direitos. Teve como objetivos específicos, constatar e analisar a importância da criação sindical para os profissionais de Serviço Social de Bauru, enfocando a visão dos discentes de 3º e 4º ano da Faculdade de Serviço Social, bem como docentes e profissionais supervisores de campo de estágios. O trabalho foi desenvolvido em uma pesquisa qualitativa, onde os sujeitos pesquisados ao serem questionados sobre a possível formação deste movimento foram em amplitude favoráveis, concluindo com que os objetivos da temática fossem alcançados, vindo de encontro com os ideais do movimento, como meio articulador das lutas de classe. Pois se torna cada vez mais inimitável pensar no singular para tal acontecimento.

Palavras chave: Serviço Social. Sindicalização. Direitos Sociais.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1979), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora na Faculdade de Serviço de Bauru mantida pela Instituição Toledo de Ensino (ITE).

ABSTRACT

This research had as general objective, to evidence and to analyze the importance of the creation of an union for the professionals of Social Service, approaching the union duties, for wage improvements, fixed salary, and overtime among other rights. It had as specific objective, to evidence and to analyze the importance of the union creation for the professionals of Social Service in Bauru, focusing the vision of the students of 3^o and 4^o year of the Social Service College, as well as professors and supervising professionals of training field. The work was developed in a quali-quantitative research, which questioned the citizens searched when being on the possible formation of this movement, had been in amplitude favorable, concluding that the objectives of the thematic were reached, facing the goal of the movement, as a mean to articulate of the Social Service fights. Therefore it becomes more impossible to see it as a singular event.

Key-words: Social Service. Unions. Social rights.

1 INTRODUÇÃO

Diante das configurações que se apresentam no mundo contemporâneo é possível constatar suas grandes transformações, responsáveis por inúmeras mobilizações organizadas da sociedade civil, como as grandes manifestações trabalhistas que aconteceram em momentos históricos da sociedade brasileira ao longo dos anos, junto às mais variadas facetas, frutos da globalização e do capitalismo.

Percebemos que houve um crescente aumento das desigualdades sociais em todo o mundo e o setor trabalhista é um dos mais debilitados, pois com tamanhas disparidades, o mercado trabalhista torna-se mais exigente e a população, sofre diante da falta de possibilidades e a falta de oportunidades.

Esta situação está cada vez mais presente no cenário populacional brasileiro, entre as classes mais vulnerabilizadas, dos que menos possuem acesso à cidadania, como educação de boa qualidade, saúde de fácil acesso, prioridade nos atendimentos de saúde em respeito a suas particularidades, ao qual oportunize uma melhor qualidade de vida a todos.

Na profissão de Serviço Social que trabalha com as expressões da questão social, busca-se objetivar a efetivação dos direitos sociais, a qual está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, onde trabalha com as políticas sociais não sendo em questão a única.

Sua atuação é, em sua nobreza, a Política de Assistência Social e tem como objetivo, a efetivação dos direitos sociais como a justiça, a igualdade, a inclusão social, como coloca o Código de Ética da Profissão em sua lei n. 8662, de 7 de Junho de 1993.

O profissional trabalha com as políticas sociais como: saúde, educação, previdência social, assistência social, cultura, meio ambiente, habitação, política agrária, segurança penitenciária, trabalho, lazer, políticas voltadas à mulher, a pessoa com deficiência, ao idoso, aos dependentes de substâncias psico-ativas, dentre outras. O objeto do Serviço Social se dá através das expressões da questão social.

Elencando a profissão em sua totalidade, pudemos observar que a categoria de Serviço Social ao longo das décadas tem buscado atender todas as classes em comum, propiciando sua legitimação.

Pudemos avaliar seus avanços no cenário brasileiro, onde muitos profissionais deram sua contribuição junto aos movimentos históricos, de grandes mobilizações sindicais, através dos conselhos deliberativos da profissão e muitos outros já extintos. Estes profissionais lutavam pelos ideais de legitimação da profissão, não apenas pôr uma classe mais por toda a transformação de uma sociedade engajados na emancipação e autonomia da profissão até os dias atuais, desde o movimento de reconceituação como nos congressos, conselhos sindicais, associações e outros tão importantes, que puderam contribuir de forma expressiva para o Serviço Social contemporâneo.

Durante os períodos históricos de luta em busca de transformação da profissão, o assistente social soube como ninguém ter clareza, compreensão da realidade social, política e econômica, englobando todos os aspectos históricos da sociedade como trabalhador.

Buscou-se no campo de atuação profissional lutar pelos direitos de uma classe, objetivando seus princípios, comprometido com os seus ideais de transformação. Tendo como princípios uma formação sólida, (conhecimento teórico- metodológico), compromisso ético-político, comprometimento e embasamento com o Código de Ética Profissional e capacitação Técnico-Operacional priorizando um discurso com iniciativa e autonomia. .

O presente trabalho trouxe a sindicalização da profissão de Serviço Social, tendo como eixos, a concepção de sindicato, Importância sindical e Benefícios, Contribuição e Participação Sindical.

A pesquisa caracterizou-se em uma abordagem qualitativa com caráter exploratório, já que teve como finalidade descrever um fenômeno, com suas características e novas possibilidades em relação a outros, tendo como objeto de estudo a categoria sindical na profissão de Serviço Social no município de Bauru, onde o objetivo geral é constatar e analisar a importância da criação de um Sindicato para os profissionais de Serviço Social, dentre a classe trabalhadora no destino de agente de transformação social na análise Marxista.

2 TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA

2.1 Neoliberalismo e Globalização: Influências nas transformações e contradições da sociedade capitalista

Pudemos definir o neoliberalismo como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio e livre mercado, pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O neoliberalismo é o novo caráter do velho capitalismo, adquiriu força hegemônica no mundo a partir da Revolução Industrial do século XIX.

O aprimoramento de máquinas capazes de reproduzir em grande escala o mesmo produto e a descoberta da eletricidade possibilitaram à indústria produzir, não em função de necessidades humanas, mas, sobretudo visando o aumento do lucro das empresas.

O neoliberalismo vem mercantilizando serviços essenciais, como os sistemas de saúde e educação, fornecimento de água e energia, sem poupar os bens simbólicos.

A cultura é reduzida a mero entretenimento; a arte passa a valer, não pelo valor estético da obra, mas pela fama do artista; a religião pulverizada em modismos; as singularidades étnicas encaradas como folclore; o controle da dieta alimentar; a manipulação de desejos inconfessáveis; são levadas pelas condicionalidades e glamour das formas; a buscar desde o elixir da eterna juventude ao segredo ou até descoberta da imortalidade através de sofisticados recursos tecnocientíficos que prometem saúde permanente e beleza exuberante.

Criado com o objetivo principal de combater o Estado intervencionista e de bem-estar, o neoliberalismo tem suas origens pós Segunda Guerra Mundial, notadamente na Europa e na América do Norte.

Consolidavam-se estabilidade monetária, contenção do orçamento, concessões fiscais e abandono do pleno emprego, princípios básicos do neoliberalismo e que serviriam de discurso ideológico e de sustentação política para a globalização econômica.

Desta forma o neoliberalismo produziu um retrocesso social muito pronunciado, com o agravamento às desigualdades em todos os lugares em que ele foi implantado. Não obstante logrou êxitos relativos no controle da inflação e na imposição de certos mecanismos de disciplina fiscal.

O discurso político neoliberal criou no indivíduo o conceito de Estado- moderno, que deveria ter como meta principal a contenção do grande surto inflacionário dos anos

70.

Não importava aos neoliberalizantes a participação política dos indivíduos no sistema e sim a adesão incondicional, acima de tudo, na efetiva organização de um Estado burocrático, que eliminasse as influências dos grupos tradicionais de poder.

O neoliberalismo passou a deslocar as possibilidades de soberania para as organizações e entidades de âmbito global.

Estas, e não mais o indivíduo ou grupos de indivíduos, passa a organizar e dirigir o chamado Estado-Moderno com o apoio dos poderosos conglomerados econômicos que o conduz.

A modernização do mundo impossibilitou a participação política do indivíduo, que tencionado pela ameaça constante de desemprego passa a desacreditar no movimento sindical, das entidades de classes, até então centros formadores de lideranças políticas.

Com o neoliberalismo, como destaca Behring e Boschetti (2007, p.148)

Ao longo dos anos de 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno de reformas. A era Fernando Henrique Cardoso, foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider (ou de quem vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir este processo, tratou-se como se pôde observar de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado Brasileiro eram apontados como causa centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980.

A nova idéia econômica imposta pelo neoliberalismo reinterpreta o processo histórico de cada país, os vilões do atraso econômico passam a ser os sindicatos e junto com eles, as conquistas.

Não importa ao neoliberalismo outros modelos de desenvolvimento, apenas o do Estado mínimo, privatizante de exclusão social, insensível à generalização da pobreza. Os indivíduos empobreceram econômica e politicamente.

O empobrecimento político vem pelo apressamento da ânsia da sobrevivência, que elimina ou faz esquecer as lutas por melhores condições de trabalho e salário.

Assim passou prevalecer à valia de ter trabalho e não emprego, como tal, os indivíduos perdem a força de enfrentamento classista e ideológico que existia nos limites

das fábricas.

Pode-se dizer que perdem a sua arena de luta e passam a conviver com a abstração operacional do mercado. Os indivíduos são condicionados a acreditar que somente uma economia de mercado mundial, será capaz de modernizar o aparato Estatal, aumentar a produção e trazer melhores condições de vida.

A nova ordem econômica provocou a proliferação do desemprego, que desestabiliza a condição de trabalhador do indivíduo e traz reflexos imediatos no exercício da cidadania na sociedade globalizada.

A falta de participação política do indivíduo na globalização teve uma relação direta com o agravamento das desigualdades sociais e econômicas resultantes da prática neoliberal. Os princípios neoliberais tornaram-se excludentes, muito em função das dificuldades dos indivíduos inserirem-se politicamente nos propósitos de uma nova estrutura social.

A medida que o neoliberalismo foi se desenvolvendo, outras formas de organização social, de técnica de trabalho e produção foram acontecendo, exigindo condição de autonomia dos indivíduos em assumir novas posições sociais e políticas.

Evidenciaram-se então as dificuldades, as limitações dos indivíduos em assumir responsabilidades de decisão, de escapar do determinismo coletivo da globalização e encontrar caminhos de participação política.

Com o neoliberalismo o indivíduo passou da condição de ativista para adesista.

As adesões passaram a ser de todos os tipos, de todas as formas econômicas pelo desejo incontrolável do consumo, políticas pelo despreparo em enfrentar as dificuldades de participação nas decisões da sociedade globalizada.

Distanciar o indivíduo da sua realidade social e econômica é um grande instrumento de estratégia neoliberal, que é utilizado quando se busca explicar as dificuldades que enfrenta para inserir-se socialmente e politicamente na globalização.

Diante de tal realidade surge como articulador e analista da realidade social o profissional de Serviço Social, engajado nas políticas públicas tendo como princípio a universalidade dos direitos sociais em todo o contexto sócio assistencial, mediando às estratégias de ação profissional bem como acesso a cidadania dos indivíduos que compõe a sociedade.

A sociedade vivenciou em seu contexto as marcas impostas pelo neoliberalismo, ao qual não viabiliza de forma correta as oportunidades de emancipação da população excluída, tornando-se cada dia mais oprimido pelas transformações societárias nesta contemporaneidade, assim envolvidas pelas amarras do capital explorador.

A categoria profissional foi engajando-se como forte discurso à viabilização das políticas sociais, como agente transformador desta realidade.

O trabalho do assistente social foi ganhando destaque nas diversas áreas de atuação e sua ação contribuiu para que o quadro de desigualdades, que surgiam neste contexto pudesse encontrar seu desfecho.

2.2 O mundo globalizado e a profissão do Assistente Social

Globalização nos novos tempos passou a ser um termo utilizado para tudo. Globalização então passou a ser um processo de integração global dos habitantes do planeta terra.

A tecnológica, o rádio, o telefone onde com isso foi possível ter acesso não somente ao outro indivíduo, mas fazer possível a comunicação direta e indireta com qualquer parte do mundo por apenas um clique, contribuindo para a integração mundial, sem contar a famosa Internet. Como a grande maioria das pessoas saberá, sendo possíveis termos acessibilidade a quase tudo sem sairmos de nossas casas.

Com o objetivo de avançar no sentido da construção de um modo mais humano de organizar a existência das pessoas, a aplicação das leis parece sucumbir, dando origem ao que chama de crise global da sociedade contemporânea, assim coloca; Behring e Boschetti (2007, p.91).

Não é inexplicável, portanto, o ataque do discurso neoliberal, na década de 1970, às políticas sócias, como o argumento do excesso paternalismo do Welfare State, dentre os outros. Quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado.

Entretanto, o balanço dessa luta não foi positivo. No Brasil como em toda a América Latina a ofensiva do neoliberalismo e a globalização foram corroendo as bases sociais que sustentam a democracia e conseqüentemente a garantia dos direitos de cidadania, levando-nos a questionar sobre os limites da política social- democrata e as possibilidades de que ela se tornasse efetivamente um freio para o avanço neoliberal.

Esse movimento abriu espaços para uma maior expressão dos segmentos populares criando canais para a ação de massas, com (greves, passeatas, manifestações, entre outros), e também para a luta pela via institucional como as denúncias aos órgãos competentes, processos e tentativas legais de alterações na legislação.

O movimento criou a possibilidade de um novo período na história brasileira e este foi inaugurado com a Constituição de 1988.

No entanto observamos que esses avanços não aconteceram linearmente e nem cumulativamente. Ora se avança, ora se retrocede na ampliação desses direitos.

A luta constante e a vigilância sobre as ações governamentais são necessárias muitas vezes para não se perder um direito constitucionalmente assegurado, numa permanente luta para a manutenção dos alicerces do Estado democrático de direitos.

Não pudemos ainda deixar para trás o Capitalismo com suas varias facetas, o capitalismo não só mudou pela reestruturação da produção, a famosa robotização das máquinas, e a terceirização que inclui no mundo contemporâneo quase tudo e todos. Mas como na época do taylorismo e fordismo, que trouxeram a tecnologia das fábricas, o motor e a produção em série.

Com o Serviço Social não se passou por diferente, já que como em todas as profissões foi inserido em relações complexas nos processos de trabalho e lutas pelo poder ou pelo que chamamos empowerment.

Iamamoto (2005 p.20) Pontua:

[...] E importante explicitar os pressupostos para análise da profissão hoje. Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social como os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneiro em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento de classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor

apreende-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. é importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e alternativas de ação.

Desta forma fez-se necessário um profissional atualizado, propositivo, crítico e acima de tudo argumentativo em sua criticidade para maior amplitude e certeza de requerer seus direitos.

2.3 A participação política dos assistentes sociais na globalização.

Os assistentes sociais como todos os indivíduos parte integrante de nossa sociedade vivenciaram um mundo de problemas e desafios na globalização.

Nunca se falou tanto em dificuldades como nos tempos atuais. Os desafios não têm limites de exigências, renova-se a todo instante e tornaram-se mais complexos, à medida que aumentou a globalização das relações sociais.

As diversidades étnicas, culturais, econômicas e políticas que compõem o mundo global, na verdade não foram diferenças entre espaços físicos da globalização e sim entre indivíduos que tiveram línguas diferentes, costumes diferentes grau de desenvolvimento social diferente e pensamentos principalmente.

Observou-se que as dificuldades de participação política na sociedade global onde decorreram de dois aspectos que precisavam ser considerados, que foram os de ordem pessoal e aqueles que vieram de uma conjuntura política que englobou idéias, e o não pensar.

Aos indivíduos o processo social da globalização pareceu mais desafiador que o processo político.

Por uma dificuldade de contextualizar a sociedade como integrante de uma estrutura política, a concepção ideológica do mundo não lhes esteve presente. Não se sentiram agentes políticos da transformação social, passivamente aceitava-se ser dominados, não se encontrando meios de organização e assim empobrecendo

politicamente.

Segundo Behring e Boschetti (2007, p.64).

[...] A generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais para tencionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX.

O empobrecimento político os afastou da responsabilidade de definir posições, de sentirem-se comprometidos com os rumos da própria globalização.

Fez-se surgir um descompromisso coletivo com a realidade política, como se essa não influenciasse nas relações de domínio na sociedade globalizada.

2.4 Serviço Social e Cidadania

Nos últimos tempos, usamos com freqüência o termo cidadania em qualquer discurso ou diálogo, pois consiste, este vocábulo, devido ao seu significado abrangente, a designação que tendenciou a ser oportuna e adequada em inúmeras situações.

Cidadania, palavra derivada de cidade, estudada por Aristóteles, é mais bem compreendida se pensarmos a cidade como o Estado.

Desse modo entendida cidadania, é possível dizer que, todo cidadão, que integra a sociedade pluralista do Estado democrático, é senhor do exercício da cidadania, em síntese, é vocábulo que expressa um extenso conjunto de direitos e de deveres.

Esta idéia, de exercício de um vasto conjunto de direitos e de deveres, consiste o conceito amplo de cidadania, cujo conteúdo, é percebido unicamente como o exercício do direito e dever político de votar e de ser votado.

E, normalmente, no cotidiano, quando fazemos referência à cidadania, falamos de seu sentido ampliado.

A cidadania, no Estado democrático de direito, efetivada, oportunizou aos cidadãos, iguais condições de existência, o gozo de direitos e a obrigação do

cumprimento de deveres, que, resumidamente, puderam ser assim apresentados, exercício de direitos fundamentais e participação; e, os deveres de colaboração e solidariedade.

E, também para a realização da cidadania, o princípio democrático tornou-se indispensável à participação popular nas tomadas de decisões.

A participação possibilitou asseverar como direito, sendo seu significado a capacidade de ser consultado para as tomadas de decisão que dizem respeito à direção da sociedade em que vive o cidadão e dentre os direitos de participação política, tais como a igualdade de sufrágio, o direito de voto e de elegibilidade, e o direito de petição, ainda importa recordar outro que também a integra, é o direito de iniciativa popular.

Assim como reza a Constituição Brasileira de 1988 em seu parágrafo 20, artigo 61;

O exercício de todos os direitos inerentes ao Estado democrático e do direito de participação é acompanhado do respeito aos deveres de contribuir para o progresso social e de acatar e respeitar o resultado final obtido em cada consulta coletiva.

A participação social também é instrumento importante da relação dos cidadãos com o Estado e permite que eles tenham seus direitos reconhecidos e possam incluir suas demandas nas decisões políticas, reforçando os espaços de socialização e descentralização e o papel dos sujeitos sociais.

Essa participação se consolidou no exercício do controle social na formulação, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das políticas públicas, que contribuiu para o fortalecimento não só dos próprios usuários (população), mas também dos planejadores e executores de ações. Só o controle social não basta.

Durante as últimas décadas convivemos, na maioria dos países da América Latina, com formas de governos autoritárias e antipopulares, traduzidas pela ausência de uma prática democrática que possibilitasse a participação da sociedade civil na vida do país.

Por força desta mesma sociedade civil, a partir do final dos anos 70 e início dos 80, estes regimes foram progressivamente transformando-se em democracias políticas e estados de direitos com o aparecimento de várias formas de organização social.

Os atores sociais que emergiram após o período antidemocrático na sociedade brasileira se pautaram pela organização de novos espaços e formas de mobilização e participação na sua relação com o poder público.

Nestes espaços encontravam-se não só os movimentos populares, mas também importantes instituições da sociedade civil, parlamentares e a Igreja, que, unidos, fizeram avançar os direitos civis e sociais no país.

3 DESVENDADO A REALIDADE SINDICAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

3.1 Serviço Social e Organização Sindical: Herança do Movimento de Reconceituação

Pudemos observar na história dos países latino-americanos, a industrialização por substituição de importações comandadas pelos estados nacionais que teve como elemento central o estímulo à entrada de novos concorrentes nos mercados nacionais fechados à produção extraterritoriais.

Tal protecionismo deu origem a um parque industrial muito grande em muitos países, no Brasil inclusive, neste período foi capaz de acompanhar em parte os desenvolvimentos tecnológicos dos países centrais por meio da ampliação quase crescente da capacidade de produção.

O então chamado fordismo produtivo foi à marca desse processo tão crescente de industrialização, que colocou até então um dos pilares mais importantes da sustentação.

Este desenvolvimentismo chamado controle estatal das relações entre o capital e o trabalho é a marca também do hoje chamado capitalismo brasileiro.

Segundo coloca Behring e Boschetti (2007, p.63).

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado Liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora

conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação..

Nossa história política marcada por impactos, o poder do executivo e da burocracia Estatal, poder este que fragilizou os partidos políticos e incorporou os conflitos de classe ao aparelho do Estado, com pequenos períodos de exceção desde Getúlio Vargas. Processo este que retomou a passos largos, de consolidação das relações de trabalho no Brasil, em que o Estado jogou papel central todo o tempo.

3.2 Papel e missão dos Sindicatos

A palavra sindicato com raízes no latim e no grego. No latim, “sindicus” denominava o “procurador escolhido para defender os direitos de uma corporação”; no grego, “syn-dicos” é aquele que defende a justiça.

O Sindicato esteve sempre associado à noção de defesa com justiça de uma determinada coletividade.

Como uma associação estável e permanente de trabalhadores que se constituíram a partir da constatação de problemas e necessidades comuns.

Os sindicatos emergiram e desenvolveram-se com o capitalismo e contra a sua essência exploradora, opressora e agressiva. Ao longo dos seus mais de 150 anos de história, deram provas de vitalidade, acompanhando os movimentos da sociedade, nos seus fluxos e refluxos, em suas revoluções e contra-revoluções.

De outro modo não poderia deixar de ser, devido à sua natureza de organismos vivos, constituídos por pessoas.

Os ataques violentos constantes feitos pelo capital e pelos governos que pretendem impor políticas regressivas são por si só elucidativos da importância dos sindicatos na contemporaneidade como organizações de luta, pelo progresso e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

De acordo com Faljone (1998, p.01)

[...] assim o sindicatos, ao tratarem do valor do trabalho procuram,

de um lado, influenciar os poderes executivos e legislativos, dando-lhes ou retirando-lhes apoio político e, simultaneamente de outro, precionar diretamente os empregadores. Dessa forma influencia, em alguns casos até direcionam, as políticas de distribuição de renda Juntamente com essas ações, procuram, até de forma bastante enfática, ampliar direitos e delimitar obrigações dos trabalhadores por eles representados, bem como regular o poder da empresa de agir sobre seus empregados com essa base preparam contratos e respectivas formas de fiscalização e monitoramento.

Na luta ideológica, uma das formas mais persistentes utilizadas nas tentativas para enfraquecer e denegrir o papel dos sindicatos foram as várias transformações em torno da "crise sindical".

Sem dúvida que o movimento sindical enfrentou enormes problemas e dificuldades, em profunda reflexão sobre a sua orientação, ação, organização, formas de intervenção e perspectivas de seu desenvolvimento.

As alterações radicais na composição e estratificação da sua base social, provocadas pela profunda revolução no processo produtivo resultante da aplicação das novas tecnologias e os processos de integração econômica. Com as inerentes conseqüências na organização das empresas e serviços, modificações organizacionais no trabalho, a fragmentação e mobilidade profissionais, liquidação maciça dos postos de trabalho, o aumento da precarização, e do desemprego e o conseqüente número crescente de excluídos.

A história das sociedades foi marcada pela luta entre explorados e exploradores. Isto ocorreu no sistema escravista, no modo de produção asiático, no feudalismo e ocorre até também na atualidade com o capitalismo.

É nesse último sistema econômico, entretanto, que a luta de classes atingiu a sua plenitude.

O Sindicato, objeto de nosso estudo, mostrou-se um fenômeno típico desse sistema.

Ele só surgiu no modo de produção capitalista. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e assim, faz por um salário.

Compreendeu-se que os patrões trataram de reduzir o salário sempre inferiorizado aos operários, para que mais lucro sobrasse. Portanto, entre patrões e operários houve uma

constante luta pelo salário.

É dessa luta cotidiana, inerente ao capitalismo, que surgiu às primeiras formas de organização dos trabalhadores.

Elas nasceram como resultado do esforço espontâneo dos operários para impedir a exploração. Não apareceram por inspiração de “subversivos”, como a burguesia sempre propagou, mas por uma necessidade natural dos que sempre viveram de salário. Para elevarem seus lucros, o capitalista necessitou extrair o máximo de mais-valia, o trabalho excedente não repassado ao operário na forma de salário.

Essa é a lógica do sistema, em que a concorrência levou os empresários a uma incessante busca por maiores lucros, com a redução dos custos operacionais e a elevação da produtividade.

Por sua vez, os trabalhadores tiveram a necessidade de lutar pela diminuição da taxa de mais-valia, pelo aumento do seu poder aquisitivo, e por condições humanas de trabalho.

Nessa luta, o operariado contou com a vantagem de se constituir em grande quantidade. Para cumprir esse papel, dos sindicatos e se tornarem centros organizadores dos assalariados, focos de resistência à exploração capitalista. Num primeiro momento, eles foram congregar os operários das oficinas e das fábricas, os que produziram diretamente as riquezas - o setor dinâmico da sociedade capitalista.

Posteriormente, com o desenvolvimento do próprio sistema, eles se generalizam, atingindo outros setores econômicos.

Para Marx, se os sindicatos foram indispensáveis para a guerra de guerrilhas cotidianas entre o capital e trabalho, foram também importantes como meio organizado para a abolição do sistema de trabalho assalariado. Berço do capitalismo o que o grande Karl Marx chamou de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através da concorrência.

O Sindicato casa do trabalhador, chamado espaço comum onde milhares de pessoas têm seus interesses reunidos como se fosse uma única família a lutar por eles.

O papel do Sindicato como representatividade naqueles momentos em que tudo parece perdido, onde a esperança passou por um fio e que você não sabe a quem recorrer. Os sindicatos surgiram para enfrentar uma causa trabalhista, o autoritarismo de uma empresa, o assédio de um chefe.

Sua função maior sempre, lutar contra injustiças. O Sindicato moderno foi além, tem a preocupação não só com o seu presente, mas com o futuro.

Faljone (1998, p.01).

[...] Lutar pela melhoria da qualidade de vida no trabalho. Isto abrange os riscos de saúde ocupacional e também suas repercussões sociais e familiares. Com isso procura tornar o exercício do trabalho especialmente menos insalubre, menos perigoso, menos penoso. Por outro lado, os empresários, também em função da competitividade e dos valores de responsabilidade social aceitos, objetivam aumentar a produtividade, reduzir custos, preservar flexibilidade para introduzir inovações e agilidade para enfrentar a concorrência existente. E tudo isso sobre influencia das pressões dos sindicatos dimensionadas pelo nível de organização dos trabalhadores na empresa. Mas para que os sindicatos sejam detentores de tais poderes, precisam do poder. E tal poder pode ser emanado da lei, conquistado pela negociação coletiva ou então via mobilização e organização dos trabalhadores. Poder este que se insere através de prerrogativas sindicais que delimitam o poder político de seus dirigentes, por processos de consultas sindicais obrigatórias condicionando decisões que alterem o nível de emprego, a movimentação de pessoal, a aplicação de medidas disciplinares, uso da mão-de-obra e a organização sindical no local de trabalho.

A entidade de classe arremessou à situação do seu emprego, o desenvolvimento do setor, as perspectivas da profissão e estabeleceu uma série de benefícios.

Incentivou e criou cursos de aperfeiçoamento e crescimento pessoal. Mas o Sindicato em sua existência não foi criado do nada. Seu corpo é composto de gente.

3.3 Liberdade Sindical

Por dar ao indivíduo liberdade de filiação e de formação, os sindicatos buscaram sempre para a defesa dos direitos coletivos.

Os sindicatos permaneceram sempre investidos de poder de representação das categorias profissionais, tendo enorme participação no poder normativo em relação

trabalhista. Exercendo assim encargo personalíssimo.

A liberdade sindical pode ser analisada sobre dois aspectos: a liberdade de formação e a liberdade de filiação. Como pontua Losasso (1999 p. 41)

A liberdade de formação é a possibilidade plena de criar sindicatos sem a interferência do Estado, ou seja, seu funcionamento não está sujeito à autorização ou ao controle do Estado. Não é permitido ao Estado intervir politicamente no sindicato. O sindicato é autônomo na sua gestão.

A Constituição Federal de 1988 coloca em seu inciso I, II e V do Artigo 8º;

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I- a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público interferência e a intervenção na organização sindical.

II- É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

Com a não intervenção do Estado na ação dos sindicatos, ficou impedido o mesmo de subsidiá-lo.

Se assim lhes fosse destinado alguma verba, serviriam então de instrumento de pressão.

Devemos levar em conta a importância de liberdade, uma vez que não podendo ser subsidiado, ao mesmo tempo não perde sua autonomia financeira sendo automática.

Desta forma os sindicatos necessitam prover seus próprios recursos, o que leva então a o dirigir para a contribuição.

Esta questão, de certa forma também teve reflexos na autonomia financeira dos sindicatos, porque a pluralidade pulverizaria recursos, o que nos levou de volta a contribuição.

Entretanto, a incerteza ou a dificuldade de recursos financeiros não legitimou a

cobrança compulsória da contribuição confederativa.

A eventual falta de recursos não deu direito de fixar uma contribuição e assim não possibilitou modificações compulsoriamente.

Para Losasso, (1999. p.43)

[...] Relativamente a recursos financeiros a Constituição Federal de 1988, conferiu imunidade de impostos federais, estaduais e municipais aos sindicatos dos trabalhadores, num verdadeiro reconhecimento de seu valor social.

Na redação do artigo 150, inciso VI, letra c, na Constituição está;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à união, aos Estados, ao distrito Federal e aos Municípios.

VI - instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Assim a Constituição Federal de 1988, procurou proteger os trabalhadores dentro da categoria sindical com garantias de assegurar seu pleno funcionamento.

Dando imunidade de impostos, e oferecendo uma espécie de subsídio que por ser pessoal, ativa e impassivamente não estando sujeito a trocas, razão que não interferiu em sua plena liberdade.

E pensando ainda na filiação e participação voluntária, foram puramente repudiadas pressões, e restrições.

Para que não aconteça isto a Constituição Federal de 1988, de acordo com o inciso VIII, artigo 8º coloca;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos desta lei.

De acordo com todas as colocações citadas acima, a liberdade de filiação é absoluta e está livre de quaisquer restrições.

De fato os sindicatos são dotados de uma importante função social. Por exercerem uma ação social, de cunho público, respeitando e buscando os direitos e representatividade para efetivação de seus objetivos e colocação de seus ideais.

3.4 Serviço Social: Desafios e perspectivas frente ao sindicalismo.

Enunciam-se ainda os principais dilemas, desafios e perspectivas colocados para nossa categoria enquanto parcela da classe trabalhadora com novo ciclo que se iniciou a partir de 1989, e vem se aprofundando pela implantação do Projeto Neoliberal no País.

Como movimento social, o sindicalismo não é estático, está constantemente transformando-se e criando novas formas de organização e ação.

Nas sociedades atuais dos países industrializados, a teoria e a ação sindical estão diante de significativos e novos desafios devido à emergência rápida de novos atores sociais.

Em seus duzentos anos de história, o sindicalismo foi impactado por diferentes concepções ideológicas e teorias de ação, o que permitiu a construção de uma tipologia bastante ampla, assim como expressões políticas e históricas: anarquista, socialista, reformista, comunista, populista entre outras.

O importante, no entanto, é que, ao longo dos anos, o movimento sindical, conjunto de práticas sociais dos sindicatos com características próprias de cada país, adquiriu um peso social e uma força decisiva nos contextos nacionais.

A matriz histórica da organização sindical atual surgiu sintonizada com o desenvolvimento industrial, que tem por base a “Revolução Industrial” na Inglaterra no final do século XVIII e começo do século XIX.

Ali nascia o capitalismo atual, ali nasceu o sindicalismo. Mas se o berço do sindicalismo é industrial, isso não foi limitação a sua expansão para outros setores da economia.

O movimento de reconceituação do Serviço Social emerge na metade da década de 1960 e prolonga-se por uma década.

A categoria deixou de ser vista pela sociedade, pela imagem de damas de caridade, ganhou legitimidade e autonomia, passando a se engajar em projetos e

movimentos sociais, representativos no cenário brasileiro, engajando-se em movimentos de reivindicação de direitos.

Muitos outros profissionais também passaram a lutar pelas causas distintas e pela profissão.

De acordo com Iamamoto. (2005, p.202).

“Por meio de sua renovação o Serviço Social buscava assegurar sua própria contemporaneidade, afigurando-se aquela como o caminho possível para sua reprodução e expansão para sua reconciliação com o tempo presente”

Este legado segundo Iamamoto representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente, iniciando o exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista que se impôs como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo.

Os anos que se sucederam a partir da década de 60 mostraram não apenas a sociedade mais a todo o mundo, as mudanças dentro da categoria profissional de assistentes sociais, no cenário brasileiro, em que o mesmo é referência mundial.

Para se chegar a tal façanha, foi preciso revisar todo o processo histórico da profissão, a começar pela sua reprodução.

Para Iamamoto (2005.p.207).

“O Serviço Social Latino-Americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, que tem aproximadamente seis décadas de existência. Essa resposta é o movimento de reconceituação. Esse se perfilou, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia - de um novo Serviço Social latino- americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos”

Há o rompimento com tradicionalismo profissional, referindo-se a prática, inovaram-se as idéias e a visão da categoria, passando a questionar quanto a seus

fundamentos ideológicos e teóricos, de suas raízes sócio-política, da direção social da prática profissional e de seu modo operante.

Para Yamamoto (2005 p.217, 218).

“Essa trajetória faz com que, na crise da ditadura, o Serviço Social, vive um descompasso: se por um lado dispõe das condições materiais práticas – profissionais e de responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e pela ampliação da cidadania – estas postas pela emergência dos movimentos sociais e sindicais no embate com o patronato e o Estado ; por outro lado, carecia de massa crítica acumulada para embasar uma auto- renovação naqueles rumos .Este descompasso fez com que se produzisse um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas no movimento de reconceituação. Viabiliza, concomitantemente, a redescoberta das iniciativas críticas presente na história recente.

Tal movimento em destaque deu ao Serviço Social grande embasamento para tomar a frente seus princípios de luta, engajando-se em fortes movimentos da época e formando outros movimentos que trouxeram a profissão inúmeras conquistas frente à sociedade em especial a categoria.

Novos caminhos foram abertos e que apenas vieram a acontecer com o rompimento que se fez ao Serviço Social tradicional, embasado em adaptar o homem a sociedade, ou seja, não eram criadas propostas ou estratégias para que o indivíduo pudesse caminhar para sua transformação social, o indivíduo não era respeitado em suas particularidades.

O conservadorismo e a filantropia eram as práticas mais exercidas pelos “assistentes sociais”.

Com o passar dos tempos e juntamente com todos os fatos ocorridos na sociedade, surge através do movimento de reconceituação, o inevitável, a transformação do Serviço Social, estruturado pelo marxismo e pela dialética marxista, oportunizando a profissão refletir, quanto ao trabalho profissional, reformulando sua história.

A categoria amadureceu historicamente, a visão da profissão de Serviço Social passa a ser insuficiente, sendo necessário o avanço, rumo a uma análise crítica da profissão.

Tais reformas levaram a construção de um novo Serviço Social, que passa a

contemplar os interesses sociais dos indivíduos que criavam a riqueza social mais dela não se apropriavam. .Iamamoto, (2005, p.218).

A ruptura foi sendo construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do movimento de reconceituação. Seu desenvolvimento crítico, adensado pelas inéditas condições histórico - profissional presentes na sociedade brasileira, criou as condições daquela ultrapassagem. Os pontos de ruptura podem ser localizados em dois grandes âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão

O movimento trouxe a prática profissional do Serviço Social a primeira aproximação com o marxismo, fato este que foi muito complicado, tortuoso..

Esta aproximação deu-se em meados da década de 80, o que proporcionou a profissão, aumento na sua qualidade, possibilitando o preenchimento de lacunas hereditárias do conservadorismo.

Nesta década também surgem grandes avanços na área do Serviço Social, nos anos de 1979 e 1980, surgiu no cenário brasileiro movidos pelo protagonismo acadêmico, inúmeras redes de entidades, representadas por uma classe de assistentes sociais. Motivados pela teoria crítica dialética e embasados pela força sindical, ao qual fez, se história no Brasil. Oportunizando o surgimento do novo sindicalismo brasileiro foram criadas vastas entidades, sendo as primeiras CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades dos Assistentes Sociais, que posteriormente deu origem a ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais.

Em 1978, um ano marcante para o Serviço Social, fato histórico para a categoria e início das grandes mobilizações operárias, em específico a categoria de assistentes sociais.

Esta data marcou para sempre todo o cenário brasileiro em especial a rearticulação de suas entidades. O movimento sindical transformou todo o cenário político nacional.

Mediante a algumas considerações importantíssimas, que envolveu o modo de produção, o estágio de industrialização e as intervenções do Estado na disciplina do mercado de trabalho.

Assim buscou-se introduzir um perfil referindo-se a articulação desses aspectos levantados.

Abramides e Cabral, (1995.p.120) nos colocam que:

A comissão executiva nacional de entidades sindicais de assistentes sócias (CENAS) é criada em 1979 no terceiro encontro nacional de entidades sindicais.

[...] É o momento da rearticulação das entidades sindicais da categoria em nível nacional (1977/1976), posto que durante o período da ditadura militar elas permaneceram desativadas.

Em 1978, no I Encontro, sentiram à necessidade de uma articulação da categoria em nível nacional e a inserção de suas lutas no conjunto da classe trabalhadora.

Em 1979, deu-se a ruptura pública e coletiva da prática conservadora, com a “virada” no III CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que é considerada decisiva no compromisso da profissão, um projeto profissional articulado com os setores populares;

Em 1988, deu-se uma década de construção de organização político-sindical dos assistentes sociais em nível nacional inserida na organização da classe trabalhadora na perspectiva do sindicalismo classista, independente e de luta.

Uma década de realização de congressos voltado aos interesses das classes trabalhadoras.

Baseando-se nas bibliografias e elencando a sindicalização do Serviço Social, pudemos destacar que tal categoria ao longo dos anos vem contribuindo pela igualdade de direitos trabalhistas e suas lutas e mobilizações, oportunizou assim a profissão uma nova visão a qual podemos nos orgulhar.

Para Abramides e Cabral (1995, p.119).

“A organização política sindical dos assistentes sociais em nível nacional, representada por meio da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais-CENEAS de 1978 a 1983, e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais- ANAS, de 1983 a 1988, mostrou a trajetória de luta e organização dessa categoria profissional, no marco do novo sindicalismo no Brasil”.

Deu-se no ano de 1978 o início da organização dos assistentes sociais em nível

nacional, bem como da realização do I Encontro Nacional, de 25 a 26 de agosto em específico na cidade de Belo Horizonte, tal mobilização contou na época com algumas entidades sindicais de assistentes sociais.

Este I encontro aconteceu sobre a coordenação do Sindicato dos assistentes sociais de Minas Gerais, que em tal ocasião promoveu um projeto de pesquisa com o CELATS-Centro Latino-Americano de Trabalho Social, organismo acadêmico da ALAETS- Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social. Este sediado no Peru e em Lima, cumprindo um papel político importante no continente Latino Americano e Caribenho, não apenas do ponto de vista acadêmico, por meio das escolas, como também da organização grêmial e sindical estudantil.

Durante esta década a vinculação com o CELATS se estreitou sendo decisiva no processo de construção da organização sindical no Brasil.

A categoria organizada possibilitou no ano de 1979 a criação da CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, gerando o embrião que possibilitou a criação da ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais, no terceiro Encontro Nacional de Entidades, marco histórico para a profissão.

Durante esse momento os objetivos eram de reunir representantes de sindicatos e associações pré-sindicais para discutir a questão salarial da categoria; conhecer a realidade de cada entidade sindical existente no país e iniciar um processo de rearticulação nacional.

O foco central desse encontro dizia em respeito sobre a questão salarial, entendida no interior de luta por melhores condições de salário e trabalho, o que era levado pelo movimento sindical em amplitude.

Os objetivos neste encontro eram de levantar as perspectivas das entidades sindicais visando ao seu fortalecimento e o trabalho intersindical, ser uma instância de debate para que as entidades sindicais da categoria pudessem em sua tarefa político-sindical; aprofundar a articulação nacional e encaminhar lutas comuns, em particular a do salário mínimo profissional.

Com a regulamentação da profissão em 15 de maio de 1962, com o decreto 994 que disciplina a lei: 3.252 de 1957 são criados o CFAS -Conselho Federal de Assistentes Sociais e os CRAS- Conselhos Regionais de Assistentes Sociais. Que passaram a se denominar CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e CRESS -- Conselho Regional

de Serviço Social a partir da publicação da lei federal de n.8.662, de oito de junho de 1993.

Segundo Abramides e Cabral (1995.p.128.)

Neste processo a ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais perdem o seu significado e são extintas, restando apenas a ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais de Sergipe, que passa a cumprir o Papel da APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais, de caráter pré-sindical.

O III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais foi realizado em São Paulo, no período de 21 a 23 de setembro de 1979, em pauta Análise de conjuntura, lutas nacionais com destaque para o salário mínimo profissional; questões organizativas, transformação das APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais em sindicatos, federação e III CEBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, discussões e encaminhamentos,

Entre suas principais deliberações, havia plano de lutas; salário mínimo profissional, realização de uma pesquisa dinâmica não estruturada, em nível nacional, com discussões sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais.

Em 1979 foi criada a CENEAS- Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais isto ainda no III encontro.

Abramides e Cabral. (1995.p. 128.), pontuam,

[..] Foi uma resposta política ao estágio de organização da categoria em nível nacional na época. Não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação das entidades sindicais e pré – sindicais (associações profissionais), que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro de Entidades.

A CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais teve seu marco histórico no cenário brasileiro entre Setembro de 1979 a Outubro de 1983, foi um grande mecanismo de articulação com representatividade nacional.

Houve então o IV Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes

Sociais e em Fevereiro de 1981, nos dias 13 a 15 deste mesmo mês e ano, onde se tinha como pauta; Análise de conjuntura: Balanço político a CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, Plano de lutas e o IV CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que tinham as principais deliberações:

Abramides e Cabral (1995.p.130): colocam

Reestruturação da CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que se concretiza por meio da natureza, estrutura organizacional, competência, critérios de regionalização e infra - estrutura;
Eleição da nova coordenação que passa a ficar com o sindicato de Minas Gerais;
Plano de lutas;
- salário mínimo profissional: balanço da primeira fase da pesquisa estruturada com assessoria do DIEESE;
-Plano de classificação de cargos (PCC) dos servidores públicos federais, defesa da justa posição dos assistentes sociais e elaboração de um calendário para encaminhamento da luta;
Transformação da APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais em sindicatos.

De acordo com Abramides e Cabral o incentivo á criação das entidades de assistentes sociais, em todo o país, foi uma definição política desde a construção da CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em 1979.

Naquele momento, vários estados ainda não possuíam APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais, e a maioria dos sindicatos de hoje se constituíram em APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais reativados ou criados desde o I Encontro de Entidades em 1978.

A realidade sindical da categoria naquele momento era então de apenas cinco sindicatos, o do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Porto Alegre, e Rio Grande do Norte e várias APAS -. Associação Profissional de Assistentes Sociais

Em 1979, estiveram presentes as APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Pará, Amazonas, totalizando dezesseis entidades na época.

Por ocasião da fundação da ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais, em 1883, contavam com cinco sindicatos e 23 associações.

Neste período foram criadas onze APAS - Associações Profissionais de Assistentes Sociais dentre elas: Piauí, Maranhão, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Sergipe, Pelotas e Caxias do Sul.

E no período de 1983 a 1989 marco que propagou a maioria das APAS - Associações Profissionais de Assistentes Sociais, em número de dezesseis, transformaram-se em sindicatos.

Os assistentes sociais engajados na luta por um salário digno abordaram este item imprescindível pela qualidade do trabalho profissional.

Como pontua Abramides e Cabral (1995, p.161).

A questão salarial está presente desde o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes, em 1978. A partir da discussão do documento “Levantando Inicial da Situação Salarial dos Assistentes Sociais de Belo Horizonte”, que conclui que a questão salarial é um fator de aproximação e trabalho conjunto de toda a categoria.

No ano de 1979, aconteceu o III Encontro dos assistentes sociais onde se definiu a realização de uma pesquisa abordando as condições de salário e trabalho do profissional.

Essa pesquisa foi desenvolvida em dois momentos, o primeiro momento significou uma aproximação das entidades com a sua base e serviu de elemento mobilizador para a luta, bem como de percepção do grau de consciência dos assistentes sociais sobre suas condições de salário e trabalho.

Diante dos acontecimentos decorrentes das mobilizações ocorridas nestes períodos de forte importância para os assistentes sociais, pudemos salientar da importância sindical junto aos órgãos de poder e o quanto é importante o papel dos sujeitos envolvidos neste processo de construção e legitimação da profissão de Serviço Social.

O que nos levou a refletir sobre atual conjuntura e o papel de um órgão de representabilidade profissional nos dias atuais, frente às transformações decorrentes da globalização influenciada pela forte dominação neoliberalista.

Pudemos observar que através do movimento de reconceituação muitos dos profissionais aderiram aos verdadeiros ideais de luta pelos direitos trabalhistas da

categoria mais não se deixaram emurecer, construíram com passos de formiga o que podemos vivenciar nos dias atuais um reconhecimento onde se destaca a profissão.

Todo este histórico de lutas, buscou a universalização e enriqueceu a profissão, a realizar no contexto de cada época o que de melhor o Serviço Social sabe fazer, contribuir para emancipação dos sujeitos, acessando a cidadania como direito de todos.

A origem e trajetória da ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais foi marcada por um rompimento com a estrutura sindical oficial que foi desde a sua concepção, incorporando sindicatos e associações, á democracia interna refletida em suas instâncias de representação e delimitação, ao processo eleitoral decidido pela categoria.

Outro traço novo na CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais e ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais naquele momento foi o fato da entidade, ter se constituído um dos marcos oficial com a participação das bases da categoria a prescindir do estatuto oficial de reconhecimento. A sua legitimidade dada pela própria categoria.

Abramides e Cabral. (1995 p.182).

Essa situação leva a categoria a deliberar, no III ANAS, que a ANAS já legitimada pela categoria é a nossa federação e passa a se denominar como citada acima-Associação Nacional dos Assistentes Sociais.

Essa decisão é claramente colocada na tese “a ANAS é a nossa federação”, aprovada por unanimidade em 1987, na III ANAS, quando diz que:

É nessa perspectiva que se situa a ANAS que concebemos como a nossa federação, já consolidadas e legitimadas pela categoria. Buscar o referendo negado pelo ministério do trabalho significa neste momento:

- Submeter-se a uma legislação sindical autoritária e fascista, que já temos experiência de ousar quebrar na prática;
- Recusar a perspectiva se construção de uma nova estrutura sindical livre e autônoma das amarras do Estado, conforme proposta pela CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Em 1997 a ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais foi oficializada como órgão federativo de representatividade da categoria, que passa a reconhecer apenas

tal órgão e nenhum outro fórum de representatividade sindical em nível Nacional, esta deliberação aconteceu no III Encontro da ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais.

4 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

4.1 O cotidiano e a prática social dos assistentes sociais na contemporaneidade.

Está prática tão importante se deu através do cotidiano, que deve ser compreendida com grande entendimento, já que este é o espaço da práxis que conseqüentemente deverá ser realizada pelo profissional de Serviço Social.

É questão fundamental para tal profissional, a vida cotidiana por muitas vezes não tem sido investigada, como objeto de estudos.

Estes anos de lutas, mobilizações e de reivindicações proporcionou, um salto importante junto à categoria de assistentes sociais, possibilitou revisar a formação acadêmica, profissão e outras tantas particularidades essenciais para a prática profissional.

Não só o movimento de reconceituação, mais tantos outros movimentos trouxeram a real necessidade de transformação, desta categoria.

O Serviço Social foi sendo lapidando, tomando formas e se mantendo em todas as esferas possíveis da conjuntura e não deixa nada a dever para tantas outras profissões, que também vem se transformando ao longo dos anos.

Iamamoto. (2005. p.205)

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante da América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente.

Independente da classe social que este profissional trabalhar cabe ao mesmo, possibilitar e oportunizar a sua demanda, a buscando incansável pela transformação, tendo como base sua formação profissional, sua prática como estudante, pois é primordial o assistente social contribuir para sua formação que deverá ser sólida, comprometida, e com os idéias de equidade rompendo com as heranças do assistencialismo.

É através da prática no cotidiano que o profissional deve lutar por seus direitos, para que tenha um trabalho digno, oportunizando, qualidade de vida não apenas como profissional mais como ser humano.

O trabalhador quando tem seus direitos respeitados, contribui com sua força de trabalho de forma integral, porque está sendo respeitado tanto do seu lado profissional como em suas particularidades.

Ressaltamos que cada ser humano tem limites, e suas limitações devem ser respeitadas.

Traçando o perfil da categoria dos assistentes sociais, levando em conta a composição sexual a categoria é evidentemente feminina.

Em todo o marcos da história do Serviço Social tem lutado eminentemente por seus direitos e pela emancipação das mulheres.

Outra característica que grande parte destes profissionais foram inseridos no setor público e são influenciados pelo mesmo.

Abramides e Cabral (1995.p.29): Pontua que:

As metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho vão atingir diretamente o movimento sindical em sua ação e plano de lutas no campo do novo sindicalismo, [...] Tem seu surgimento no final da década de 70, até a segunda metade da década de 80, significando um avanço político e organizativo para as classes trabalhadoras, culminando na fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores em 1983 e na solidificação do pólo cutista. Esse avanço pode ser observado pelas grandes mobilizações e greves de categorias e gerais, ampliação de sindicalizados e entidades combativas, conquista da autonomia e liberdade sindical.

Dentro de uma concepção histórico-sociológica, podemos considerar que o Serviço Social em sua versão profissional moderna constitui o estágio profissionalizado de um conjunto de práticas anteriores, institucionalizadas pela sociedade para enfrentar os problemas sociais relativos ao entendimento das necessidades humanas básicas e a realização da convivência social.

Segundo Martinelli: (1978 p. 15).

O processo de profissionalização do Serviço Social tem, portanto, uma trajetória, significando antes de qualquer coisa uma evolução do fenômeno “assistência”, encontrado este como uma função persistente na história do homem e da sociedade. Sob um enfoque sociológico, portanto, pode-se conceber que a institucionalização do Serviço Social como profissão, não decorreu de um projeto intelectual previamente estabelecido.

Ao longo do seu processo de evolução o Serviço Social, proporcionou o desenvolvimento de suas atividades, orientando-se através de um ângulo estritamente operacional, buscando respostas aos problemas e circunstâncias, próprias dos momentos históricos vivenciados ao longo dos anos decorrentes de lutas e conquistas de suas ações frente ao trabalho e a sociedade.

Assim ao longo de seu processo de desenvolvimento, o Serviço Social esteve muito mais voltado para a preocupação de atender a “questão social”, do que estruturar um padrão de profissionalização técnico-científico. Em decorrência passou a assumir uma feição meramente pragmática, descuidando-se de seu caráter científico, o que implicou, aliás, em sérios problemas para a prática profissional.

A história do desenvolvimento das profissões deixou claro que o amadurecimento científico não ocorreu de forma natural e espontânea.

Pelo contrário, foi um processo intelectual controlado, assim, o desenvolvimento científico de uma profissão implicou na adoção de um paradigma, cuja função, dentro de uma concepção dinâmica foi fornecer, através das orientações teóricas e metodológicas básicas, os marcos referenciais para a investigação e teorização, que permitiu à disciplina científica acumular conhecimentos e aplicá-los adequadamente.

O processo de maturação de uma profissão, portanto, demandou esforços sistemáticos de busca, não apenas no sentido de ampliar o saber científico, mas

basicamente no de elucidar os princípios que lhe deram fundamento e definiu o seu modelo de ação.

Desta forma, a delimitação de um objeto específico de trabalho, bem como o estabelecimento de métodos e técnicas que determinados objetivos, são tarefas de cuja execução não se pode descuidar, pois delas decorreram a determinação da especificidade da profissão.

Assim foi de fundamental importância, pois somente no momento em que a profissão alcançou sua “identidade específica e distinta” é que ela atingiu sua autonomia científica.

Como diz Martinelli (1978 p.16).

A presente afirmação não é apenas para os profissionais em seus diversos campos de atuação mais em específico para os estudantes, e conseqüentemente, para os futuros profissionais, uma grande reflexão quanto sua formação profissional, o ensino em Serviço Social. Atualmente as universidades, em específico as que ministram a disciplina em Serviço Social, hoje contribuem e muito com a nossa formação, que durante muitos anos deixou a desejar e que talvez por isto muito profissionais, formados nesta época, também deixam muito a desejar, fazendo com que ainda infelizmente, muitos tenham, o Serviço Social como profissão, com tal visão, ”assistencialismo puro”.

Durante muito tempo à sociedade teve em sua concepção uma idéia distorcida referente à profissão de Serviço Social, estes foram um dos fatores que permearam a intervenção do Serviço Social e o quanto a fundamentação teórica da profissão era fragilizada. Isto gerou na década de 1960, uma enorme crise, não apenas no Serviço Social Brasileiro, como em todo o Serviço Social Latino- Americano.

Para Martinelli (1968.p.17)

A história ensina que a crise encerra em seu bojo elementos muitos positivos, na medida em que introduz um sentido de urgência na busca de soluções, dando origem, portanto, a uma nova dinâmica, a um mecanismo de busca. Efetivamente, a crise de identidade do Serviço Social foi um fator de indiscutível importância para o desencadeamento do chamado Movimento de Reconceituação. Este se propõe, entre outros objetivos, a definir a especificidade do Serviço Social, a estabelecer e desenvolver a

prática, segundo um padrão de profissionalização técnico - científico.

Tem-se, assim, uma nova realidade profissional: um novo marco referencial teórico que, embora emergente, permite a elucidação de alguns aspectos relacionados á estrutura básica do Serviço Social, como atividade profissional.

Inúmeros avanços aconteceram, dos quais pudemos definir a identidade da profissão, bem como sua pratica profissional.

A prática profissional ganhou então na sua ação, base teórica forte, estruturada na dialética marxista, o que proporcionou na presente realidade social, o olhar critico, analítico e multifacetado.

Para Martinelli (1968 p, 17).

Dentro deste contexto, pode-se considerar que avanços significativos vêm ocorrendo na perspectiva de se definir a identidade especifica da profissão. Tais avanços, face ao objeto deste estudo, podem ser analisados sob a ótica da natureza da pratica profissional e de certas peculiaridades que a caracterizam. Assim no que se refere á sua natureza e, portanto, á sua localização no quadro geral de conhecimentos humanos, o Serviço Social é hoje visualizado como uma disciplina profissional de intervenção na realidade humano - social. que neste sentido a disciplina profissional refere-se basicamente a uma ordenação orgânica e sistemática de conhecimentos que, mediante a utilização de procedimentos lógicos e operações técnicas, são transformados em ações concretas, com o objetivo de obter mudanças em situações reais.

Fez-se então necessário que o profissional de Serviço Social tivesse em sua formação todo o embasamento teórico para conhecer a realidade, sabendo assim encontrar subsídios para trabalhar sua intencionalidade na ação.

Este trabalho então foi desenvolvido pelo profissional, de forma que o mesmo buscasse efetivar, não apenas os direitos inerentes a toda e qualquer pessoa mais que o profissional soubesse ir além, oportunizando a transformação não apenas em seu meio mais em toda sua esfera. Não esquecendo que pelas amarras do capitalismo, aqui comparado como um vírus, onde a cada momento passa por uma mutação, se tornando cada vez mais letal. Esta transformação se deu através do conhecimento, que sem duvida é a base central de toda a criticidade do Serviço Social dialético.

Verificou-se que o Serviço Social, enquanto disciplina de intervenção na realidade humano-social, apresentou algumas peculiaridades que o caracterizam, configurando o mesmo marco de referência de sua ação profissional. Dentre estas peculiaridades, foram relevantes as que seguem:

Para Martinelli (1978.p.19).

1. a ação desenvolvida pelo assistente social é uma ação transformadora da realidade, “... são atos dirigidos a um objeto para transformá-lo. Iniciam-se com um resultado final ou finalidade que se pretende atingir e terminam com um resultado ou produto efetivo, real”.

Neste sentido, a ação profissional é uma atividade prática, implicando na existência:

1.1 de uma matéria real e objetiva a ser transformada (objeto de intervenção);

1.2. de meios e instrumentos adequados para a ação. (métodos e técnicas);

1.3. de resultados prefigurados que se deseja atingir (finalidades);

1.4. de produtos efetivos e reais que se decorrem da ação (objetivos).

2. a ação desenvolvida pelo Assistente Social é dotada de intencionalidade, isto é, requer a determinação de finalidades. Tratando-se de uma profissão que opera na área humana - social, implica necessariamente em um referencial axiológico, ou seja, em um sistema de valores que, juntamente com as finalidades, determina a especificidade da profissão, fornecendo o quadro de referência para estruturação de seu campo teórico – prático;

3. a ação desenvolvida pelo Assistente Social é uma atividade teórica, de caráter científico, na medida em que parte de conhecimentos organicamente ordenados, derivados do saber científico próprio da profissão e das ciências básicas, e deve se voltar para a reformulação deste conhecimento mediante procedimentos próprios da investigação.

4. a ação desenvolvida pelo Assistente Social é “situada” ou seja, não existe de fora de uma realidade concreta, estando diretamente referenciada ao estágio sócio – cultural – econômico e político em que esta se encontra.

O conjunto de indicadores deixou claro que a estrutura fundamental do Serviço Social como profissão, definiu-se por uma integração dialética entre conhecimento e ação com vistas a uma transformação da realidade.

Assim pontua Martinelli (1978.p.22).

Dentro desta perspectiva, o curso de Serviço Social, como curso profissionalizante que é, deve se voltar não apenas para a preocupação de preparar para o exercício profissional, mas, sobretudo para a de habilitar um desempenho baseado em competência profissional.

Por competência profissional, entende-se “a racionalidade no desempenho de uma dada profissão”.

Contudo colocamos a grande importância que o futuro profissional de Serviço Social tenha claro tais peculiaridades essenciais para sua prática profissional, onde o mesmo buscando em sua formação todas as referências e subsídios, levando em consideração que o seu trabalho se dá em uma sociedade extremamente excludente, muitas vezes se torna incapaz de ver banalidades, em sua totalidade.

A visão deste futuro profissional deve ir além rompendo definitivamente com a prática do fazer por fazer.

Estas ações deveram levá-lo para uma capacitação tendo como prática a racionalidade das ações, não apenas no campo do conhecimento, mas que o mesmo seja possível o desenvolvimento de ter habilidades e atitudes que passem a conduzi-lo para uma prática ética e profissional, com amor e respeito ao próximo.

4.2 Protagonismo acadêmico: Histórico de conquistas

Dentro do cenário universitário surgiu o movimento estudantil, vinculados com os ideais de transformação da UNE- União Nacional dos Estudantes que se engajaram em movimentos deliberativos lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, bem como melhorias no ensino superior de todo o país, elencando a importância da educação de boa qualidade.

A partir deste contexto o Serviço Social contemporâneo passou a engajar um dos maiores desafios que o assistente social apresentou no cotidiano que foi desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes

de preservar e efetivar direitos sociais. Ser um profissional propósitivo e não só executivo.

Iamamoto (2005.p.23)

Assim o Serviço Social dispõe de um Código de Ética Profissional e embora a profissão seja regulamentada como liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira.

O assistente social um trabalhador especializado que vende sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam.

Este processo de compra e de venda da força de trabalho especializada em troca de um salário que faz com que o Serviço Social passe a ingressar no universo de mercantilização, no universo do valor.

A profissão passou a se constituir como parte do trabalho socialmente produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendam às necessidades sociais.

O Serviço social se reproduziu como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário, produzindo serviços que atendem às necessidades sociais isto é, tem seu valor de uso, uma entidade social.

Mas os assistentes sociais também participaram como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou reprodução de redistribuição da riqueza social.

Assim, por exemplo, na empresa, os assistentes sociais puderam participar do processo de reprodução da força de trabalho e/ou da criação da riqueza social, como parte de um trabalho coletivo, produtivo de mais-valia.

Já na esfera do Estado, no campo da prestação de serviços sociais, puderam participar do processo de redistribuição da mais valia, via fundo público.

Ai seu trabalho, se inscreveu, também, no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública.

Podendo assim contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização, no processo de construção de uma contra-hegemonia no bojo das relações entre as classes.

Os efeitos ou produtos deste trabalho no campo político-ideológico foi sido salientados pela literatura especializada.

O trabalho é, pois uma atividade que se inscreve na esfera da produção e

reprodução da vida material, que parte do pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história.

Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação vestir-se e algumas coisas mais, lutar assim para ter meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados entre outros.

Assim neste contexto. O trabalhador polivalente, aquele que foi sendo chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixou de ser um trabalhador, especializado.

Este processo de modernização da produção levou o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e fundamentalmente, um maior índice de desemprego.

Fazendo assim necessário a importância da sindicalização dentro da profissão que cada vez mais luta para que seus direitos e garantias plurais de uma cidadania em sua totalidade sejam efetivados.

Tratou-se de localizar a importância da construção da história da organização, sindical dos assistentes sociais em nível Estadual e Nacional e sua inserção na luta mais ampla da classe trabalhadora, nos marcos da construção do novo sindicalismo no Brasil, que surgiram por aproximado no período de 1978 a 1988; apresentando- se, também a caracterização da categoria, na perspectiva de situá-lo como segmento da classe trabalhadora.

Ressaltamos sobre a importância dos movimentos estudantis que deram sua contribuição significativa na luta pela efetivação de uma classe distinta de profissionais de Serviço Social engajados por ideais de luta por uma sociedade mais justa .Este movimentos filiados a órgãos específicos e representativos possibilitaram junto a pratica estudantil ,inúmeras transformações que contribuíram pra uma melhor apreensão na formação e no ensino dos profissionais de Serviço Social.,em toda America –Latina.

5 CAMINHOS DA PESQUISA

5.1 Considerações Metodológicas.

O estudo teve como o objetivo geral, constatar e analisar a importância da criação de um sindicato, para os profissionais, de Serviço Social e como objetivos específicos constatar a visão e ou concepção dos discentes, docentes e supervisores de campo de estágios, do curso de Serviço Social, em relação a ausência do sindicato da categoria profissional.

Como hipótese de estudo formulada, foi levantada que sendo a profissão de Serviço Social, tida como efetivadora de direitos sociais, acredita-se que a sindicalização efetiva na categoria profissional passa a contribuir de maneira significativa, numa maior amplitude, visibilidade e reconhecimento social do exercício profissional na sociedade em geral.

Para a construção do trabalho, inicialmente foi elaborado a hemeroteca e o fichamento de livros, artigos, revistas e internet, com temáticas relacionadas ao tema proposto.

Ressalta-se que estes aportes teóricos, contribuíram para o conhecimento e aprofundamento da pesquisa.

A pesquisa caracterizou-se numa abordagem quali-quantitativa, com caráter descritivo, já que teve como finalidade descrever um fenômeno, com suas características e novas possibilidades em relação a outros fenômenos.

Como instrumental de coleta de dados foram utilizados o questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

O universo da pesquisa foi composto, por docentes da Faculdade de Serviço Social de Bauru, discentes da mesma Faculdade que cursam o terceiro e quarto ano e profissionais supervisores de campos de estágios, totalizando assim 11 sujeitos.

Utilizou-se da amostragem não probabilística intencional, sendo os sujeitos escolhidos intencionalmente.

O pré-teste foi aplicado no mês de agosto com quatro sujeitos de pesquisa, sendo um profissional supervisor de campo de estágio, dois professores da Faculdade de Serviço Social, e um discente de quarto ano do curso.

Após aplicação do pré-teste constatou-se que não houve a necessidade de alterações no instrumental de coleta de dados.

Assim posteriormente foi aplicada a pesquisa de Campo durante os meses de Agosto e Setembro de 2008, nos locais de trabalho dos profissionais supervisores, e na própria Faculdade de Serviço Social de Bauru com os docentes e discentes.

Totalizando quatro docentes da Faculdade de Serviço Social, cinco discentes da mesma Faculdade e dois profissionais supervisores de campo de estágio, o que equivale a onze sujeitos no total.

É importante ressaltar que foram entregues pessoalmente vinte e sete questionários, porém, desse total foram respondidos e devolvidos somente onze.

Após a coleta dos dados empíricos, foram identificados os três eixos de análise, como concepção de sindicato, quais os benefícios sindicais para a categoria profissional, e por fim possível formação sindical no município de Bauru.

Em seguida foi efetuada a tabulação e análise dos dados, intercalando com a fundamentação teórica pesquisada.

5.2 Apresentação e análise dos dados da pesquisa

Para uma maior compreensão dos sujeitos entrevistados, foram identificados os seguintes dados durante o processo de construção do trabalho de conclusão de curso a contemplar nossa pesquisa, tento como perspectiva a busca por uma melhor apreensão da realidade sindical de nosso município, o que nos tem instigado desde o segundo ano do curso da Faculdade de Serviço Social de Bauru ao qual estamos em fase final de formação.

Esta honrosa missão, até o presente momento tem nos possibilitado como pesquisadoras a oportunidade do contato com tal realidade, como agentes investigativos, analíticos e participantes desta tão sublime necessidade.

O estudo teve como objeto de pesquisa, a categoria sindical de profissionais de Serviço Social, como conseqüência a visão dos docentes e discentes de 3º e 4º anos da Faculdade de Serviço Social de Bauru, nosso trabalho também contempla os profissionais supervisores de campos de estágios.

Através dos pesquisados tivemos a oportunidade de desvendar a realidade sindical, diante das concepções que foram apresentadas, dando ênfase ao estudo.

Partimos do pressuposto que a pesquisa vem contribuir para o desvendamento do sindicalismo dentro da profissão, elencando as contribuições de um sindicato, para a efetivação de melhorias salariais, qualidade de trabalho, piso fixo, horas extra entre outros direitos dentro da categoria que representa.

Nesta perspectiva realizamos uma pesquisa, numa abordagem quali-quantitativa. Utilizamos a técnica do questionário para coleta dos dados empíricos; este instrumental contou com perguntas abertas e fechadas, objetivando dar maior veracidade nas informações da pesquisa de campo.

Destacamos quanto ao comprometimento do Projeto Ético Político do Serviço Social contemporâneo, elaborado, o qual mantém suas lutas e mobilizações pelos avanços da profissão mediante a sociedade, contribuindo na efetivação das políticas sociais e na efetivação os direitos sociais.

Desta forma, para melhor visualizar o perfil dos pesquisados, elaboramos um quadro de caracterização a seguir:

Sujeitos	Idade	Sexo	Est. Civil	Escolaridade	Profissao	Religiao	Partic. em Conselhos e
Suj.1	21 Anos	F	Solteira	Concluindo	Desempregada	Espirita	Não
Suj. 2	21 Anos	F	Solteira	Concluindo Nivel.	Estagiária d ia Serv. e	Catolica	Não
Suj. 3	20 Anos	F	Solteira	Concluindo	Estudante	Nenhuma	Não.
Suj. 4	49 Anos	F	Casada	Univ. Completo	Estagiária d e ia Serv.	Evangelica	Não.
Suj. 5	24 anos	F	Solteira	Concluindo	Digitadora	Catolica	Não.
Suj. 6	62 Anos	F	Divorciada	Doutora em S.	Assistente	Nenhuma	Não
Suj. 7	55 Anos	F	Divorciada	Título e S.	Docente	Catolica	Sim, participa.
Suj. 8	53 anos		Casada	Mestranda e m	Docente	Catolica	Sim, participa.

Suj. 9	58 anos	F	Casa da	Mestranda	Docente	Católica	Sim, participa.
Suj. 10	39 Anos	F	União	Graduando	Assiste	Evangelica	Não
Suj. 11	28 anos	F	Casa da	Graduada em	Assiste	Catolica	Sim, participa.

O quadro acima mostra as informações coletadas entre o grupo pesquisado, onde fazem parte os docentes da Faculdade de Serviço Social de Bauru, os discentes de 3º e 4º anos, e os profissionais supervisores das áreas de atuação do Serviço Social.

Os dados e as informações coletadas evidenciaram o perfil dos pesquisados em questão, sendo do sexo feminino todo universo da pesquisa, a idade dos pesquisados variam entre 20 a 69 anos de idade, sendo que todos possuem nível superior e/ou estão cursando graduação em Serviço Social.

Dos docentes pesquisados, todos já possuem especializações, aperfeiçoamento profissional, pós-graduação e mestrado sendo possível observar que dos entrevistados dois sujeitos já concluíram doutorado, referentes à área de Serviço Social.

Ressaltamos quanto à atuação profissional, dos mesmos como assistentes sociais, onde dos docentes, apenas três colocaram que não atuam como assistentes sociais na atualidade, ocupando outros cargos, apenas um dos sujeitos se mantém atuante no mercado de trabalho como assistente social.

Quanto aos discentes nota-se que dos entrevistados todos estão cursando nível superior, bem como estão inseridos no mercado de trabalho como em estagiários de Serviço Social.

Outra parte de pouca incidência atua em campos diferentes da profissão, encontrando-se atualmente fora do mercado de trabalho ou não estando inserida em nenhuma outra atividade.

Dos profissionais pesquisados parte do nosso universo de pesquisa, obtivemos pouco retorno dos questionários, apenas dois, se prontificaram em contribuir como o desenvolvimento do presente estudo apresentou suas contribuições, compartilhando com as pesquisadoras seu conhecimento imprescindível para o resultado final de nosso trabalho.

Ambos atuam como assistentes sociais em áreas da assistência social. No que diz respeito à participação em Conselhos ou outros órgãos de representabilidade apenas um dos entrevistados, disse participar.

O catolicismo é a religião de maior incidência significativa, apresentada no quadro, somando no total seis dos sujeitos. Três dos entrevistados colocaram que não possuem nenhuma religião, e apenas um dos sujeitos descreveu ser espírita, incidência menos significativa no quadro.

Entre os pesquisados, observamos em sete dos sujeitos, a maior incidência a não participação em Conselhos ou outros órgãos vinculados a categoria profissional.

Bem como colocaram, não participarem de nenhum outro órgão, voltado para a efetivação dos direitos e deveres profissionais independente da categoria que representa.

As falas dos sujeitos permitiram identificar três eixos de análise, como concepção de sindicato, quais os benefícios sindicais para a categoria profissional, e por fim possível formação sindical no município de Bauru.

Há pouco tempo grande parte do público feminino não possuía tanta abertura como nos dias atuais, em relação as transformações, onde as mulheres ganharam autonomia para exercer todos os cargos e encargos profissionais, tendo a oportunidade de contribuir, não apenas como coadjuvante mais como personagem principal da história, fazendo valer sua força de trabalho, junto ao contexto histórico social.

5.2.1 A visão dos sujeitos pesquisados sobre a Concepção de Sindicato

Neste eixo abordaremos as informações coletadas, junto aos **docentes** Faculdade de Serviço Social de Bauru.

Buscamos através das falas a veracidade no comprometimento com o projeto hegemônico da profissão de Serviço Social, bem como de seus direitos como categoria profissional, pois o trabalho tem como objeto de estudo o sindicato como um órgão de representabilidade da categoria profissional.

Quanto à concepção de sindicato frente à profissão de Serviço Social os docentes pesquisados colocaram:

“É uma organização de trabalhadores para lutar por seus direitos.”.
(Suj 6, F, 62 anos).

É a Associação de pessoas, de uma determinada categoria Profissional que se unem para defenderem interesses mútuos e solucionar problemas relativos à categoria.
(Suj 7. F, 59 anos).

O sindicato está sempre associado à noção de defesa com justiça de uma coletividade. É uma Associação estável e permanente de trabalho que se unem a partir da Constatação de necessidades comuns
. (Suj 8. F, 53 anos).

É uma entidade que tem como função primordial a regulamentação das relações trabalhistas entre empregadores e empregados, pois qualquer empresa ou empregador deve ser representado pelo sindicato de sua categoria econômica ou profissional.
(Suj 9, F.58anos)

Evidenciamos que os pesquisados têm em sua concepção de sindicato, um sentido em comum, pudemos observar nas falas apresentadas, que eles apenas mudam as colocações, porém a concepção no geral, tem um único sentido.

Para Abramides e Cabral (1995, p.15).

A concepção e a prática do novo sindicalismo apresentam ainda o comprometimento com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade Brasileira em direção á democracia a ao socialismo.

No bojo do novo sindicalismo Brasileiro e em suas trajetórias e conquistas pela efetivação de uma classe trabalhadora, deve-se buscar em seu âmbito profissional, a efetivação dos direitos sociais, junto a realidade a que estamos inseridos, faz-se necessário à hegemonia da categoria, tendo como principio a legitimidade da profissão.

Dos profissionais cabe a responsabilidade de contribuir para que tais direitos inerentes à categoria sejam efetivados, buscando junto aos movimentos sociais, alternativas quanto ao agir profissional, possibilitando a autonomia dos direitos sociais,

também garantidos aos assistentes sociais de todo o país.

Abramides e Cabral, (1995, p.104) colocam:

A chamada “vela estrutura Sindical” data do período do Estado Novo. Em 1931, Getulio Vargas promulgava o decreto-lei 19.979, que regulamentava sobre o controle do Estado, a organizações sindicais brasileiras, e que permanece praticamente intacta até os dias de hoje, apesar da nova Constituição de 1988.

A estrutura sindical oficial tem como princípios que definem sua natureza: o sindicato como instrumento de conciliação sindical dos interesses de classe tendo como base o corporativismo sindical italiano, baseado na Carta Del Lavoro; A colaboração de classes e o corporativismo são pilares da ideologia fascista impressa na estrutura sindical.

Conseqüentemente obtivemos a visão dos **Discentes** da Faculdade de Serviço Social de Bauru: Concepção de Sindicato. Ainda como partes integrantes, do nosso universo de pesquisa, estes abordaram a concepção dos discentes da Faculdade de Serviço Social de Bauru, compondo alunos de 3º e 4º ano.

Ressaltamos a importância junto à coleta de dados diante dos pesquisados, onde sua apreensão sobre o tema foi de grande relevância em todos os aspectos necessários na complementação deste trabalho de pesquisa, instigando os rumos da profissão, seus desafios e perspectivas em sua formação acadêmica e futura prática profissional

Tendo como subsidio a concepção de sindicato, os respectivos pesquisados colocaram:

*É um órgão de representatividade das categorias profissionais.
(Suj 1. F, 21 anos).*

*Sindicato é uma associação que age para a organização dos profissionais na luta pelos seus direitos e interesses profissionais e econômicos.
(Suj 2. F, 21 anos).*

*È um órgão responsável por representar e lutar pelos direitos dos trabalhadores de uma determinada profissão.
(Suj 3 .F, 20 anos)*

*È um “organismo” que representa determinada classe profissional, quanto a questões de piso salarial, acordos diversos entre filiados e classe patronal (se sindicato de trabalhadores) ou vice-versa (se sindicato patronal). Defende interesses de certa classe trabalhadora.
(Suj 4, F, 49 anos)*

*Mesmo não tendo este conhecimento ao longo do curso de Serviço Social, sindicato é um órgão que luta a favor de sua categoria.
(Suj, 5 F, 24 anos).*

Diante da falas apresentadas pudemos observar que grande parte dos discentes pesquisados tem como concepção de sindicato, uma visão na totalidade, elencando o verdadeiro papel deste órgão de representabilidade da categoria profissional.

Tal representabilidade tem grande importância no cenário brasileiro dos assistentes sociais, mediante as falas coletadas, observamos que além de uma concepção autônoma do que vem a ser um sindicato, em suas argumentações evidenciaram quanto às lutas e reivindicações através do sindicato. Colocando o trabalho deste órgão, e suas contribuições junto aos direitos de uma determinada categoria.

É importante ressaltarmos sobre a participação dos discentes nas mobilizações que aconteceram em nosso país, inúmeros grupos ao longo dos anos se unificaram, buscando transformar sua realidade, através de grandes, médias e pequenas passeatas, assim como, em outros acontecimentos históricos do país.

Onde as participações dos universitários e de outros estudantes contribuíram com inúmeras mudanças na sociedade brasileira, engajados pela equidade dos direitos sociais e outros direitos importantes. Marcando sua história.

ABESS, (1997, p.144)

[..]De fato o ME- Movimento Estudantil, na conjuntura das últimas três décadas no Brasil, desenvolveu, de forma hegemônica, na direção das suas entidade, uma ação política voltada para a implementação de lutas visando a reforçar os interesses da classe subalterna. A contribuição do ME - Movimento Estudantil, nessas lutas, efetiva-se através da disseminação de valores culturais, os quais se contrapõem ao individualismo, egoísmo e competitividade, que revigoram a lógica da sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, o ME - Movimento Estudantil influi na formação de consciências críticas, articulando políticas e socialização do saber e desse modo, luta por uma modificação cultural, contribuindo no processo de construção de uma hegemonia na sociedade.

Por último colhemos relatos sobre a visão dos **Profissionais** Supervisores: Concepção de Sindicato. Este eixo tem como fundamento abordar os dados coletados, tendo como sujeito os profissionais de Serviço Social supervisores de campo, entre suas contribuições para o trabalho, bem como o seu conhecimento, como agente de transformação possibilita aqueles em formação a co- representatividade como portadores do saber, refletindo de forma negativa ou positiva junto aos seus supervisionados.

De acordo com Buriolla (2003.p.24).

A supervisão é vista como um processo educativo e operacional, onde os atores são portadores de uma educação libertadora, de consciência crítica dos fatos e sua inserção na realidade para transformá-la. Nesta medida, supervisor e supervisionado buscam, criam conjuntamente, como sujeitos da história, uma nova sociedade, via “revolução comunitária”.

O grupo apresenta uma filosofia de Supervisão, destacando-se os valores: Diálogo conscientizador, compromisso, visão crítica da realidade, co- responsabilidade pessoal e social, criatividade.

Propõe uma relação horizontal entre supervisor e supervisionado – situados em um mesmo nível, com experiência individual, pautando –se nos princípios: ”não existe aquele que aprende e aquele que ensina”- ambos fazem do processo – e o processo é “educar-educando” “educando com educando-educador”.

Diante dos dados coletados junto aos profissionais supervisores observados, obtivemos as seguintes falas, quanto à concepção de sindicato:

*Um grupo de trabalhadores unidos na defesa de seus direitos e deveres de forma organizada.
(Suj 11, F.28 anos).*

È um grupo de trabalhadores que se unem para empreender determinadas obrigações, transações ou negociações em defesa de

seus interesses, lutam por justiça e pela defesa dos direitos coletivos.
(Suj 10, F.39 anos).

Nota-se que dos pesquisados quanto concepção de sindicato, ambos colocaram que é um órgão de representabilidade, junto aos direitos trabalhistas de uma determinada classe trabalhadora, organizada.

5.2.2 Importância sindical: Benefícios para a categoria, segundo os sujeitos pesquisados

Este eixo traz a importância sindical, que vem contribuir na articulação de benefícios dentro da profissão de Serviço Social, abaixo destacamos para as falas apresentadas pelos **docentes**;

Por seu reconhecimento legal, possibilita a luta legítima de uma determinada categoria por seus direitos e necessidades, que seria impossível se empreendida por uma pessoa ou grupo.
(Suj6, F, 62 anos).

É importante por causa da defesa de interesses coletivos, direito trabalhista e social, piso salarial e defesa da profissão.
(Suj 7. F, 59 anos).

Principalmente porque é uma instituição utilizada para a organização dos trabalhadores na luta por seus direitos.
(Suj 8, F, 53 anos)

É importante, pois através dele se garante os preceitos contidos no artigo 8º da Constituição Federal de 1988, o beneficiário iria desde questões cotidianas da profissão até políticas salariais tradicionais.
(Suj 9, F, 58 anos)

Evidenciamos nas falas acima, dentre os benefícios específicos que todos no geral pontuaram a questão salarial, sendo que apenas um dos entrevistados, não a colocou em evidência.

Pudemos ressaltar que dos cinco entrevistados, colocam o sindicato como um órgão específico da categoria e que o mesmo tem além do papel de representatividade, podendo contribuir com uma melhor legitimização dos direitos trabalhistas e sociais, dos profissionais atuantes, bem como dos futuros profissionais.

Segundo Ramos e Santos, (2008, p.53):

[..] No período em que foi travada a discussão sobre a proposta da referida transitoriedade, a categoria se reuniu em diversos momentos, nos quais todas as entidades organizativas da profissão se fizeram presentes para amadurecer a idéia e avançar na construção de uma, entidade única para a categoria, que se referisse às questões próprias da profissão, seguindo a deliberação do congresso sindical nacional da categoria, mais especificamente da IV Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais (ANAS, em 1989.

Concomitantemente abordaremos neste eixo a importância sindical bem como seus benefícios para a categoria, segundo a concepção dos **discentes** em loco.

Mediante os dados coletados, durante o processo de pesquisa pudemos coletar dos pesquisados as seguintes falas:

A importância é a representatividade para a garantia dos direitos. A articulação de benefícios vai desde o vale-transporte, até planos de saúde, etc. Demarcação de piso salarial.

(Suj 1. F, 21 anos).

Um sindicato tem extrema importância, uma vez que possibilita a defesa com a justiça de uma determinada coletividade que se une para o enfrentamento das necessidades comuns. Desta forma, um sindicato pode proporcionar salários justos, benefícios de saúde, segurança previdenciária e social, empregos, oportunidades de treinamento, acesso ao conhecimento dos direitos e relações sociais.

(Suj 2. F, 21 anos)

Um sindicato é de extrema importância para a profissão, pois une

os profissionais, traça objetivos, luta pelos direitos, passa informações.
(Suj 3, F, 20 anos)

Importância capital porque concentra profissionais de uma mesma categoria profissional (quanto mais sindicalizados mais força de negociação) que poderão, unidos, serem mais fortes em suas. “Decisões”, hegemonia. Portanto, os benefícios serão mais amplos e fundamentais, (condições de trabalho, salários, etc.).
(Suj 4, F, 49 anos)

Ele é de suma importância, pois ele faz valer nossos direitos como categoria profissional, como por exemplo: salário base.
(Suj 5, F, 24 anos)

Observamos nas falas, referente ao eixo abordado, sobre a importância sindical e benefícios para a categoria, que de todos os entrevistados, colocaram que o sindicato como órgão de representação de determinado movimento social possibilita benefícios desde piso salarial a melhores condições de trabalho, entre outros.

Em base nas falas, destacamos para participação dos dicentes como universo de pesquisa contribuinte deste trabalho.

ABESS, (1997, p.54) coloca:

Conhecer o público que procura os cursos de Serviço Social, sua origem de classe, visão de mundo, inserção no mundo do trabalho e aspirações sociais e profissionais é mais que um cuidado é uma necessidade, na medida em que estamos produzindo uma revisão de currículo. Os processos já gestados até então, por diversas unidades acadêmicas, devem se inscrever numa política ampla, desenvolvida por todas as escolas e socializadas nos fóruns de Serviço Social.

A realidade do trabalhador - aluno e as condições das unidades de formar esse aluno, o empobrecimento do universo cultural dos que chegam a universidade e a dimensão ou ausência de aspirações para com as atividades acadêmicas e a política de participação dos alunos em programas acadêmicos (monitoria, pesquisa e extensão) devem ser enfrentados não mais de forma episódica, mas como um pressuposto do projeto pedagógico de formação profissional do aluno do curso de Serviço

Social

Entre as falas acima pudemos observar uma forte preocupação quando a questão: “*formação acadêmica*”, que é de extrema influencia na formação dos estudantes como futuros profissionais, que hoje fazem parte do seu quadro de universitários como participantes nesta importante caminhada pela conquista do saber.

É necessário que tais sujeitos tenham espaço aberto para colocarem suas necessidades, e participarem das decisões para que seja possível uma melhor reestruturação acadêmica.

O que contribui e muito com a prática do mesmo no campo, e sua ação profissional, a universidade é campo teórico, para o desenvolvimento da práxis desempenhando um papel imprescindível como instrumento de capacitação profissional.

Consequentemente colhemos relatos sobre a Importância sindical: Benefícios para a categoria, segundo os **Profissionais Supervisores**.

Este item teve como universo de pesquisa os profissionais supervisores, que desempenham junto a suas instituições de trabalho um papel importantíssimo, como agente transformação da realidade, a respeito da importância sindical, na busca por melhorias para a categoria profissional de assistentes sociais. Assim colocaram os sujeitos pesquisados:

Acredito que o sindicato tem de mais importância é a defesa dos direitos da categoria e também luta constantemente por novas conquistas e ideais. São diversos os benefícios oferecidos pelo sindicato. Entre eles estão:

-Piso salarial

-Melhor qualidade de vida através do esporte, cultura e lazer.

-convênios com empresas que estejam relacionadas à saúde, beleza, cultura, e outros.

(Suj 10, F.39 anos).

Acredito que o sindicato é muito importante à todas as categorias de trabalhadores, sendo que sua finalidade é uma luta organizada por diversas questões como: melhores condições de trabalho, salários e defesa de direitos. Orientação e amparo ao trabalho.

(Suj 11, F.28 anos).

Das falas acima percebemos, segundo a concepção dos sujeitos pesquisados, que o sindicato tem grande importância junto as categorias profissionais, levando os trabalhadores terem através dos órgãos de representatividade, inúmeros benefícios, onde os quais citaram acima.

De acordo com Faljone. (1998. p.01)

Além dessas funções, lutam pela melhoria de qualidade de vida no trabalho. Isso abrange os riscos de saúde ocupacional e também suas repercussões sociais e familiares. Com isso procura tornar o exercício do trabalho especialmente menos insalubre, menos perigoso, menos penoso.

É importante lembramos que o sindicato, como órgão que representa os interesses de uma determinada categoria, só vem a existir pelo fato se existirem profissionais engajados frente este órgão, na busca pela garantia de direitos.

Cada um como parte de um todo, como membro tem seu papel de destaque e contribuição por esta luta.

5.2.3 Contribuição e Participação social na luta sindical: Implantação de sindicato: Segundo os sujeitos pesquisados

Neste ultimo momento, abordaremos segundo os **docentes** quanto sua contribuição e participação na luta sindical, os pesquisados colocaram:

*Acredito que o sindicato deveria ser organizado em âmbito regional ou mesmo Estadual, não é fácil obter o estatus de sindicato e isto implica grande articulação da categoria. Para colocar minha experiência e espírito de luta para contribuir com a categoria.
(Suj 6,F, 62 anos).*

Acredito que é possível, se a categoria engajassem decentemente sua Associação. (Associação dos Assistentes Sociais de Bauru e Região). E minha contribuição, a participação responsável.
(Suj 7. F, 59 anos).

Acredito que não, pois a associação que existe ou existiu a categoria não se preocupou em saber o que aconteceu ou o que acontece.
(Suj 9, F.58anos)

Sim, é possível a formação de um sindicato em Bauru, enquanto coordenadora do Cress, posso apoiar a iniciativa, mas não participar da criação.
(Suj 8,F, 53 anos).

Verifica-se que dos quatro entrevistados em suas falas, em geral é possível no município de Bauru à implantação de um sindicato, observou-se nas falas que os pesquisados, dariam sua contribuição, sua experiência, seu conhecimento e responsabilidade, participando junto ao sindicato, e possibilitando sua legitimização.

Dos entrevistados, apenas um colocou que no município de Bauru não seria possível esta implantação de sindicato, por falta de interesse dos profissionais.

Martinelli, (1978, p.19) pontua:

A ação desenvolvida pelo assistente social é dotada de intencionalidade, isto é, requer a determinação de finalidades de uma profissão que opera nas áreas humano-social, implica necessariamente em um referencial axiológico, ou seja, em um sistema de valores que, juntamente com as finalidades determina a especificidade da profissão, fornecendo o quadro de referências para estruturação de seu campo teórico-prático.

Assim é necessário junto à categoria em geral, o esclarecimento e interesse pelo coletivo. Dentro das perspectivas de trabalho é impossível pensarmos no singular.

Na implantação de um sindicato ou de uma associação, o que faz valer são os interesses de um grupo para buscar um só objetivo, mais que para tal é necessário deixar

de lado as amarras, o velho, e ir rumo ao alcance de um novo começo.

A principio tudo que é novo ou desconhecido causa medo e desconfiança despertando inúmeras outras sensações que a podem parecer estranhas.

Concomitantemente colhemos relatos sobre contribuição e participação social na luta sindical: Implantação de sindicato, segundo os **discentes**.

Mediante os dados coletados junto aos sujeitos que foram pesquisados, quanto a sua contribuição e participação como militante na luta sindical da categoria de assistentes sociais obtemos as seguintes falas:

Sim, participaria nas reuniões propondo alternativas, pois ainda não tenho diploma e CRESS para atuar como sindicalista ou conselheira.
(Suj 1, F, 21 anos).

Sim, a formação de um sindicato para os Assistentes Sociais no Município de Bauru pode ser conquistada através da vontade coletiva destes profissionais e da responsabilidade política com seus direitos civis, políticos e sociais.
Um sindicato teria uma grande contribuição para garantir a justiça social dos profissionais e melhorias para a categoria.
(Suj 2, F, 21 anos)

Claro que é possível, depende da iniciativa dos profissionais, é necessário firmar compromisso e não desistir. Tenho outros planos para quando me formar, não vou contribuir porque não vou atuar.
(Suj 3, F, 20 anos)

Sim. Uniria os profissionais, proporcionaria força de decisão e negociação aos profissionais e profissão em si. Sempre o maior beneficiado seria o usuário, que estaria dispendo de profissionais atualizados, éticos e comprometidos.
(Suj 4, F, 49 anos)

Destacamos dentre as falas acima o interesse da maior parte dos entrevistados a respeito da possível formação e participação de um sindicato no município de Bauru, sendo que apenas uma das entrevistadas não demonstrou interesse na formação e

participação sindical no município.

De acordo com Martinelli(1978, p 21).

A formação para o Serviço Social, como se depreende, encerra um verdadeiro desafio educacional, pois deve, necessariamente, reportar-se ao conjunto de indicadores que integram o marco de referencia de sua ação profissional.

Somente assim poder-se-á obter, como produto final, assistentes sociais capazes de desenvolverem sua ação a partir do padrão de profissionalização do Serviço Social.

Nesse sentido, colhemos os relatos segundo os **profissionais supervisores**. O eixo em questão retratou sobre a contribuição e participação dos pesquisado em loco, na luta sindical junto à categoria profissional de assistentes sociais. Assim os sujeitos colocaram:

Sem dúvida no município de Bauru concentra-se grande número de Profissionais. Isto favorece na formação do sindicato. Minha contribuição está na filiação, bem como na participação ativa das ações propostas por ele.
(Suj 10, F, 39 anos).

Acredito que sim, porém existe grande necessidade de capacitação e reciclagem dos profissionais para se derrubar estigmas quanto aos sindicatos (que existe atualmente). Após conhecer as habilidades e facilidades de cada profissional, a distribuição das funções.
(Suj 11, F, 28 anos)

Dando ênfase ao nosso trabalho de pesquisa, dos profissionais supervisores entrevistados, ao qual contribuíram, somando seu conhecimento, observou-se nas falas que ambas compartilham, com a possível implantação de um órgão de representabilidade da categoria de assistentes sociais no município de Bauru, pois o que falta é visibilidade, esclarecimento e informações úteis para que este fato venha acontecer.

Colocando quanto às contribuições, cada qual tem uma visão, sendo que nas falas acima, um dos pesquisados deixou sua posição bem esclarecida quanto sua participação, quanto ao outro pesquisado, isto só será possível mediante alguns esclarecimentos,

começando pelos estigmas que se têm quanto a sindicato, colocações apresentada acima pelo entrevistado.

Ramos e Santos. (2008.p.56).

A conjuntura atual exige uma organização mais unificada e menos fragmentada dos (as) trabalhadores (as), para enfrentar os desafios colocados pela hegemonia neoliberal na correlação de forças nesta sociabilidade vigente.

Referindo-se as falas acima e esta em ultimo, a participação dos indivíduos, como personagem de destaque, tem um papel particular, quando participantes nas decisões e ações do cotidiano onde é possível contribuir para uma transformação da realidade.

Com o avanço da globalização e o grande e desigual neoliberalismo, a participação deverá ser mais ativa, quando intervimos nesta realidade é por que buscamos o melhor, buscamos mudanças.

A participação possibilita o exercitar a cidadania, contribuir para que a sociedade saia desta ótica capitalista que exclui cada vez mais pessoas, isto é papel de um verdadeiro militante, buscando soluções, numa perspectiva macro-societária.

6 CONCLUSÃO

Como sabemos através das diversas formas de pesquisa, que utilizamos ao elaborar, nosso trabalho a idéia de sindicato está sempre associada à noção de defesa com justiça de uma determinada coletividade.

É um movimento estável e permanente de trabalhadores que se unem a partir da constatação de problemas e necessidades comuns.

Podemos perceber que em seus duzentos anos de história, o sindicalismo foi impactado por diferentes concepções ideológicas, o que permitiu a construção de uma tipologia bastante ampla.

Desta forma não é um movimento estático, pois está sempre em processo de transformação, criando novas estratégias de organização e ação.

O conceito de sindicato é um tema muito amplo, pois traz consigo a idéia de

direitos e deveres, muitas vezes distorcidos da realidade vivenciada, pelos profissionais da profissão de Serviço Social.

Assim abordamos a concepção de sindicato, possível criação sindical no município de Bauru, e por fim, qual a contribuição dos pesquisados, com o objetivo de constatar e analisar a importância da criação de um sindicato para os profissionais de Serviço Social.

Em geral, todos em sua, maioria, colocam o real papel de sindicalismo, evidenciando a semelhança, entre todos os indivíduos abordados, assim o que ocorre é a falta de engajamento e conhecimento em uma formação sindical dentro da categoria, categoria está bem ampla na reivindicação e acesso aos direitos, sociais, mas percebida ainda em processo de dormência em relação aos seus processos de lutas e mobilizações para garantias primordiais ao trabalhador da profissão de Serviço Social como objeto, dominado na luta contra a grande hegemonia do capital explorador, o capitalismo.

Cabe, portanto salientar que os sujeitos da pesquisa, como foco crítico de nosso trabalho, quando abordados sobre a implantação de sindicato no município de Bauru, corresponderam a possível, formação de um movimento dessa importância em nosso domicílio, mas o que os falta junto a categoria em geral, é interesse pelo coletivo, pois dentro das perspectivas de trabalho faz-se impossível pensar no singular e assim uma união da categoria para tal acontecimento.

Onde os profissionais, sabem a importância da formação sindical dentro da categoria, mas por não ter ainda um órgão de efetiva representatividade ativo da profissão, como sindicato e não associações de outras categorias acabam por, não se preocuparem, pois muitos não se sentem preparados e confortáveis em abordar o assunto, acabando então por não fazê-lo.

No que se refere à dificuldade, pudemos citar a falta de interesse próprio em lutar a favor de seus direitos para que assim se efetivem, não somente, garantias dignas de condições de trabalho e sim, uma participação efetiva como cidadão ativo e formador de direitos na sociedade.

Ainda que o sindicalismo dentro da profissão seja um assunto muito complexo, por sua amplitude e grandeza, para os objetivos da categoria que o qual represente, onde o novo, o desconhecido, ainda traz medo se tratando de tamanha responsabilidade e respaldo trabalhista para a profissão, que é formadora de profissionais, que são

trabalhadores assalariados, e assim não deixam de estarem incluídos direta ou indiretamente, ao capital de trabalho e a mais valia do capitalismo contemporâneo.

Portanto este estudo veio comprovar nossa hipótese, embora parcialmente, pois, sendo a profissão de Serviço Social, efetivadora de direitos Sociais a sindicalização passa a dar maior amplitude, visibilidade e reconhecimento social dentre os próprios profissionais, elencando para a sociedade em geral sua legitimidade.

Para tal a não unificação não condiz com a realidade e conceito abordado em nosso eixo central, onde os indivíduos da pesquisa colocam o verdadeiro propósito de um sindicato na unicidade de uma categoria trabalhadora.

Percebemos, portanto que a pesquisa teve em parte o foco, desmistificado, pois a percepção abordada sobre sindicalismo muitas das vezes é uma visão bem distorcida da realidade do movimento enquanto lutas de classes.

Concluímos então de que é sim possível, uma formação sindical, dentro da profissão de Serviço Social, para garantir mais autonomia a seus direitos e assim esclarecer, e informar aos seus filiados todos os deveres e legados pertinentes de uma profissão interventiva e efetivadora de direitos sociais, de forma integrada participante e consciente.

Porém o que falta é comprometimento, e a ruptura com o comodismo, pois para que esperar do próximo se podemos ser atores de transformação social, como ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantias dos direitos civis sociais, e políticos das classes trabalhadoras, como nos é referenciado no Código de Ética da Profissão.

SUGESTÕES

- Diante do estudo ainda de forma substancial, sugerimos que haja um estudo posterior para melhor aprofundamento sobre a temática do sindicato como um movimento trabalhista, e exploração mais aprofundada sobre qual o órgão que representa a profissão de Serviço Social a direitos inerentes a categoria.
- Como uma segunda sugestão, a formação de um grupo entre os

profissionais que proporcione a reflexão sobre o verdadeiro papel do CRESS, como órgão de representatividade junto aos direitos da categoria de Serviço Social e qual sua semelhança com sindicato.

REFERÊNCIAS

MARTINELLI, M, L. **Modelos de Ensino em Serviço Social: Uma análise crítica.** São Paulo, Cortez. 1978. 111p.

BEHRING,E. BOCHETTI, I.IN BARBALET, J. M: **Teorias da cidadania:** In. Barbalet, J. M. A cidadania. Lisboa Estampa. 1989.

ABRAMIDES, M.B. C E CABRAL, R.S.M: **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social:** Trajetória e processos de luta de uma categoria. São Paulo: Cortez, 1995.

ABESS, Caderno nº7. **Formação Profissional:** Trajetórias e Desafios São Paulo. Cortez, 1997.

FALJONE, A. **Negociações sindicais:** São Paulo. Makron Books. 1998

LOSASSO, M I. L. **Contribuição Federativa e liberdade sindical:** Marília, São Paulo. Unimar. 1999.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no serviço Social:** Ensaios críticos. São Paulo. Cortez. 2000.

BUROLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social:** O supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo. Cortez. 2003.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e formação

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.12, n. 21, p. 01-60, jan./jul.2008.
SANTOS, Juliana Aparecida dos; SANTOS, Silvia Regina Gonçalves dos; ATAURI, Ilda Chicalé. A categoria sindical da profissão
de Serviço Social.

profissional. São Paulo. Cortez, 2005.

BEHRING, R.E. e BOCHETTI, I. **Política Social: Fundamento e História.** São Paulo.
Cortez. 2007.

Constituição da Republica Federal do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
São Paulo. 16ªed. Edipro. 2007.

Ramos, Rodrigues. Sámya. Santos, Montes Rejane. Tássia. **Dilemas e Desafios do
Movimento Sindical Brasileiro:** São Paulo. Cortez. Revista Serviço Social e Sociedade.
n 94. 2008.